

As outras vozes da “Lusofonia”: a CPLP na perspectiva dos Países Africanos de Língua Portuguesa e do Timor-Leste.

Adriano de Freixo - UFRJ/UniBennett

Em julho de 1996, os Chefes de Estado e de Governo dos sete países que então adotavam o português como idioma oficial, reunidos na Cidade de Lisboa, criaram oficialmente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, aprovando a Declaração Constitutiva e os Estatutos da nova organização. Esta organização internacional formada, inicialmente, por Portugal, Brasil e pelos cinco Estados Africanos de Língua Portuguesa (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe) – que foi ampliada em 2002, com a adesão oficial do Timor-Leste - tem, nos termos de seus estatutos, o papel de ser “o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre seus membros”, tendo dentre os seus objetivos centrais a busca da articulação entre seus Estados-membros nas relações internacionais e a materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa no mundo¹.

A Comunidade tem como atores principais o Brasil e, principalmente, Portugal, e é em torno dos interesses deste atores que ela tem se estruturado. No entanto, a presença na CPLP dos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e do Timor-Leste faz com que a agenda da Comunidade também tenha que atender às suas demandas e às suas expectativas. Neste sentido, avaliamos que um dos fatores que tem contribuído para a não-consolidação da CPLP como um organismo internacional de relativa importância é justamente a sua impossibilidade de responder de forma concreta a estas questões.

Ao analisarmos as perspectivas dos PALOP em relação à CPLP, devemos levar em consideração a existência de algumas dificuldades bastante claras para a sua participação efetiva no processo de construção da Comunidade. Em primeiro lugar, deve-se considerar que algumas feridas do período do colonialismo ainda não se encontram completamente fechadas entre os povos africanos e por causa disto a CPLP é encarada com certa desconfiança por setores das sociedades desses países, que vêem nela uma espécie de

“Império Colonial Português revisitado” e encaram o discurso da lusofonia como uma releitura do velho luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, que serviu de base ideológica para a dominação colonial portuguesa durante o Estado Novo Salazarista. Além disto, estes países enfrentam sérias questões internas decorrentes de longas guerras civis, crises políticas, problemas econômicos crônicos e enormes desigualdades sociais.

Assim, é bastante claro que o principal interesse dos PALOP é o estabelecimento de parcerias internacionais que lhes permitam buscar o desenvolvimento econômico e a resolução de seus graves problemas sociais. Neste aspecto, a participação na CPLP não apresenta nenhum atrativo especial para estes países, visto que o seu principal ator – Portugal – tem uma capacidade de investimento bastante reduzida se comparada com a de outros países da União Européia ou com os EUA, de quem os PALOP têm se aproximado em busca de parcerias estratégicas. É neste contexto que devemos entender o movimento de ingresso de Moçambique na *British Commonwealth*, em 1995, e de aproximação, inclusive do ponto de vista cultural, da Guiné-Bissau em relação à África Francófona. Assim, como assinala Boaventura de Souza Santos, a integração à Europa - concretizada nos anos 70 e 80 do século XX – criou na sociedade portuguesa uma ilusão bastante crível de que o ingresso do país em uma Comunidade de Estados (a União Européia), que se constitui em uma das regiões centrais do sistema mundial, transformaria Portugal em um Estado central.² No entanto, as próprias características das estruturas internas da sociedade portuguesa impedem que esta promoção ao centro se efetive de fato, o que faz com que a realidade concreta seja bastante distante das pretensões do Estado Português. Por outro lado, o outro grande ator da Comunidade – o Brasil – não a tem como prioridade, além de também não possuir grandes condições de investir na África, como desejam e necessitam os PALOP. Desta maneira, o Brasil tem adotado uma política de investimentos seletivos na região, através do estabelecimento de parcerias pontuais, motivados por interesses econômicos ou políticos - como a recente busca por apoio para a obtenção de um assento permanente no conselho de segurança da ONU – dos quais pode se citar a liberação de U\$ 650 mil para programas de cooperação econômica e social com São Tomé e Príncipe, durante a quinta

Cimeira dos Chefes de Estado e Governo da CPLP realizada naquele país, em julho de 2004. Assim, a esperança de consolidação da CPLP pelo viés econômico, expressa em documentos oficiais de Estados-membros da Comunidade³ parece estar longe de se concretizar.

Outros aspectos que devem ser levados em conta são aqueles que envolvem questões identitárias e culturais bastante importantes como, por exemplo, o fato de que em boa parte dos PALOP a Língua Portuguesa é menos falada do que os dialetos “crioulos” ou de origem africana – só em Moçambique existem mais de 30 dialetos e o português é a língua materna de somente 5% da população. Além disso, a aproximação econômica com países de outras esferas lingüísticas – como por exemplo Moçambique em relação ao mundo anglófono ou Guiné-Bissau e Cabo Verde com o francófono – faz com que a língua portuguesa venha perdendo espaço nesses países.

Assim, se consideramos a língua um elemento de fundamental importância para a construção de identidades nacionais vemos que em boa parte dos PALOP esta idéia não pode ser aplicada. No entanto, não se pode negar que entre alguns setores da elite africana a idéia da língua portuguesa como elemento de identidade e unidade nacionais tem uma certa repercussão, como pode se notar em um trabalho acadêmico de um diplomata angolano, que ocupa uma posição de destaque na hierarquia do MPLA, partido hegemônico em Angola:

A percepção geral nos cinco Estados Africanos de Língua Portuguesa sobre a CPLP é a seguinte:

- a) a língua portuguesa constitui um instrumento de integração e de unidade nacional, de afirmação de identidade cultural e da independência nacional;*
- b) a língua portuguesa constitui o veículo principal para a afirmação, aquisição de conhecimentos e de comunicação com o mundo exterior.⁴*

Isto nos remete à discussão das dificuldades do processo de construção da idéia de nação nos países lusófonos da África, com exceção, talvez, de Cabo Verde onde esta

questão, pelas próprias características históricas da colonização das ilhas, parece estar solucionada, como se depreende do comentário de um conhecido intelectual cabo-verdiano, Germano de Almeida, ao afirmar que “em Cabo Verde não padecemos dessa questão de identidade (...) o cabo-verdiano orgulha-se de sua terra, sobretudo do nosso mar, do nosso céu, de nossas secas”, e mais adiante “(...) esse não é um mérito nosso. Aqueles que conhecem a condição cabo-verdiana saberão que Cabo-Verde existe por teimosia dos portugueses”.⁵ Esta exceção só serve para confirmar a percepção que nos PALOP trava-se uma disputa ideológica e uma luta política em torno das premissas sobre as quais estão sendo construídas as suas identidades nacionais, o que leva à formulações como as defendidas por Feijó Sobrinho ou mesmo à “redescoberta crítica” do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, por setores da elite moçambicana, na busca de explicações para o entendimento de sua realidade social.

Todas estas questões referentes à África Lusófona funcionam como complicadoras da adesão desses países à idéia da lusofonia e a construção efetiva de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Além disso, em sua concepção original, a CPLP foi articulada a partir de uma perspectiva equivocada, como destaca o escritor moçambicano no Mia Couto, a de que os PALOP são visto como um todo, não sendo levadas em consideração as suas especificidades nacionais, o que seria um equívoco grave na própria definição das premissas básicas em que a Comunidade busca sustentação.⁶ Desta forma, a Comunidade já nasce com um “vício de origem”: o do desconhecimento mútuo entre seus membros, o que a leva a ser erigida sobre alicerces pouco sólidos, baseados em discursos, por vezes, míticos que não encontram muita fundamentação na realidade concreta.

Em relação ao Timor-Leste - o mais novo membro da CPLP – devido a sua conturbada história recente, o país possui vários problemas em comum com os PALOP, mas também várias especificidades que devem ser consideradas. Tendo sido ocupado pela Indonésia em 1975, logo após a saída dos portugueses da região no pós-25 de abril e a declaração unilateral de independência do Timor pela Frente de Libertação do Timor-Leste Independente (FRETILIN) – organização marxista de tendências maoístas -, com o discreto

apoio da Austrália e dos EUA. Este apoio deveu-se à questões econômicas, geopolíticas e estratégicas como a necessidade de impedir o surgimento de mais um governo de orientação socialista no extremo-orient, no contexto do confronto leste-oeste e da derrota norte-americana no Vietnã; o interesse em fortalecer a ditadura do General Suharto, na Indonésia, aliado na luta anticomunista, que tinha receio que o Timor independente pudesse estimular os movimentos autonomistas existentes dentro de suas fronteiras e, finalmente, o potencial petrolífero do Mar do Timor, no momento em que o mundo ocidental vivia sob os impactos da primeira crise do petróleo.

Após a ocupação, que foi condenada formalmente pela comunidade internacional através de várias resoluções da Assembléia-Geral da ONU, as tropas indonésias iniciam um violento processo de perseguição e repressão a todos aqueles que fossem suspeitos de terem ligações com a FRETILIN, cujos homens foram obrigados a se retirar de Dili e das outras zonas urbanas do Timor para se retirar para as zonas montanhosas do centro da ilha, onde estruturaram a resistência armada. Durante os anos seguintes à ocupação, cerca de 60 mil timorenses foram mortos, em um genocídio de grandes proporções que começa a ser denunciado sistematicamente aos organismos internacionais por membros da resistência, notadamente aqueles ligados ao clero católico. Paralelamente, a Indonésia procura consolidar o seu domínio sobre a região investindo nela grandes recursos, o que levou o Timor-Leste a ter um crescimento econômico médio de 6% ao ano entre 1983 e 1997. Além disto, estimulou-se a vinda de transmigrados de outras regiões da Indonésia para o Timor – algumas estimativas falam em 150 mil em uma população total de cerca de 750 mil habitantes -, além de serem feitos grandes investimentos em educação, dentro da perspectiva de formar nas novas gerações timorenses os “valores nacionais indonésios”, estimulando o uso da língua bahasa – o idioma da unidade Indonésia – e desestimulando, e por vezes reprimindo, o uso do tétum (dialeto dos mauberes) e do português. Esta política acabou gerando uma situação paradoxal, na medida em que o uso da língua portuguesa vai ser mantido por aqueles que se recusavam à assimilação pela Indonésia, fazendo com que

o idioma do antigo colonizador passasse a ser, juntamente com a religião católica (também herança portuguesa), o símbolo da resistência e da identidade timorense.

Apesar das condenações formais da Comunidade Internacional à Indonésia, durante muitos anos Portugal foi uma voz isolada em defesa do Timor⁷, embora sem grande empenho, tendo esta questão começado a ser vista com maior atenção pela opinião pública internacional já na segunda metade da década de 1980, quando, com o fim da guerra fria e do conflito leste-oeste, questões como a defesa dos direitos humanos passaram a ser vistas como prioritárias na agenda internacional, o que acaba fazendo com que dois líderes da resistência timorense, José Ramos Horta e D. Ximenes Belo, fossem agraciados com o Prêmio Nobel da Paz, em 1996. Com a criação da CPLP, no mesmo ano, a questão do Timor-Leste passou a ser considerada central pela nova organização e uma das primeiras propostas feitas pelo representante português – em um momento em que Portugal já tinha passado a atribuir uma grande importância à articulação do “espaço da lusofonia” - foi a de incluir o Timor na Comunidade com o estatuto de membro-observador.

A possibilidade de conseguir a independência política surge, de fato, em 1998, com a queda do regime de Suharto na Indonésia, em meio a uma violenta crise econômica e política. O novo governo indonésio acaba aceitando a realização de uma consulta popular no Timor-Leste para definir os rumos da região: a continuidade da anexação da Indonésia, porém com maior grau de autonomia, ou a independência política. Em 30 de agosto de 1999, a esmagadora maioria dos timorenses (78%) votou pela separação da Indonésia. Em resposta, grupos de milicianos pró-Indonésia, apoiados por elementos das forças armadas daquele país, empreenderam campanhas de incêndio, pilhagem, violência e intimidação da população – com 1/3 da população sendo obrigado a ir para campos de refugiados em Timor-Ocidental e em outras ilhas vizinhas e outro 1/3 ido para as montanhas - só terminaram com a intervenção das forças de paz das Nações Unidas.⁸ Grande parte da infra-estrutura do Timor-Leste foi destruída e o país quase que totalmente devastado. Somente em 30 de Agosto de 2001, dois anos após o referendo popular, os timorenses puderam ir novamente às urnas para eleger a Assembléia Constituinte que teve como

função redigir a Constituição do país, criando condições para a realização de eleições e a transição para a total independência, que se concretiza em maio de 2002.

Com toda esta história recente de conflitos, a adesão do Timor ao ideal da lusofonia e à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – da qual atualmente já faz parte como membro efetivo – suscita algumas reflexões importantes:

- 1- Por todas as questões discutidas anteriormente, o português hoje é falado por somente cerca de 3% da população. Mesmo na época da colonização portuguesa ele se restringiu a uma pequena elite econômica ou religiosa (o clero católico), nunca tendo se tornado a língua normal de comunicação, até porque às vésperas da saída dos portugueses da ilha cerca de 92% da população era analfabeta, devido à ausência de políticas públicas de educação por parte do Estado português, o que aliás não existia nem na metrópole, que apresentava os maiores índices de analfabetismo da Europa Ocidental. Este índice de falantes do português – menor inclusive que o dos PALOP – leva, inclusive, a discussão de se o Timor pode ser considerado um Estado Lusófono, ou se lá o português é apenas uma língua residual como no antigo Estado da Índia ou em Macau. No entanto, o governo timorense tem procurado reintroduzir o português no país, não só por sua carga simbólica, mas por dar ao Timor o “acesso a um veículo sólido e de penetração internacional”,⁹ posição que é bastante discutível já que outros idiomas ocidentais podem desempenhar este papel, inclusive com mais eficácia;
- 2- Tendo tido 85% de sua infra-estrutura destruída, principalmente durante os acontecimentos de 1999, o Timor-Leste necessita enormemente de investimentos estrangeiros, além de um grande contingente de mão-de-obra qualificada. A vizinha Austrália tem sido responsável por boa parte desses investimentos, estabelecendo parcerias com o governo timorense em diversos setores, inclusive no potencialmente lucrativo e estratégico setor petrolífero. A presença australiana já se fez sentir com bastante força durante o período de administração da ONU na região, com seus

soldados representando o maior contingente das forças internacionais, enquanto a participação portuguesa e de outros países da CPLP foi bastante modesta, levando-se em consideração a importância por eles atribuídas à questão do Timor. Isto faz com que a língua inglesa venha ganhando cada vez mais espaço no país, principalmente nas gerações mais jovens que a vêem – e não a língua portuguesa – como seu canal de comunicação com o mundo.

A partir destas considerações pode-se perceber que no Timor, da mesma maneira que na África, as pretensões portuguesas – expressas no ideal da lusofonia - acabam esbarrando em suas limitações econômicas, já que a reduzida capacidade de investimentos do Estado Português acaba não conseguindo garantir à Comunidade Lusófona o alicerce - em bases econômicas – que o discurso culturalista, por si só, não consegue dar.

¹ CPLP. *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. In. Página oficial da CPLP. www.cplp.org.

² SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 5^o edição, São Paulo, Cortez, 1999, p. 64.

³ Na publicação “Portugal: Dez Anos de Cooperação”, de 1995, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal afirmava que “para Portugal, com sérias dificuldades no espaço econômico europeu, ou para os países africanos lusófonos, com potencialidades subexploradas, esta é uma boa oportunidade para aproveitar o dinamismo econômico do Mercosul, através do Brasil, a maior nação do espaço da língua portuguesa, e, em conjunto criar um novo mercado. (...) A CPLP poderá facilitar e aumentar o volume de investimentos e trocas comerciais entre os seus Estados-Membros”. Apud: SOBRINHO, Pedro da Silva Feijó. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Institucionalização e relações culturais, político-diplomáticas e econômicas*. Rio de Janeiro, Revan, 1997, p.103.

⁴ SOBRINHO, Pedro da Silva Feijó. Op. Cit., p.133. Por tudo o que temos discutido até agora, esta visão do autor – expressa em sua dissertação de mestrado em Relações Internacionais na UnB, que posteriormente foi transformada em livro – parece-nos ser bastante questionável, expressando a visão de somente uma parcela da intelectualidade e da diplomacia africanas. O próprio comportamento dos PALOP em relação à CPLP – notadamente o de Angola -, oscilando entre a adesão e a crítica, deixa isto claro, demonstrando as contradições do processo de construção de identidades nacionais em sociedades pós-coloniais, de características multi-étnicas.

⁵ Sessão Plenária 1 “O que é esta tal comunidade? Identidade nacional nos territórios de fala portuguesa”, do IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. In: VILLAS-BOAS, Gláucia (Coord.). *Territórios de língua portuguesa: culturas, sociedades, políticas – Anais do IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1998, p. 35.

⁶ Idem. Ibidem. p. 29.

⁷ Para muitos, Portugal – que vivenciava internamente uma forte instabilidade política característica do período imediatamente posterior à Revolução dos Cravos – foi o grande responsável pela situação do Timor-Leste por ter abandonado irresponsavelmente a região. Tal acontecimento, até hoje, é motivo de controvérsias em Portugal. Uma das mais importantes obras de referência sobre a História de Portugal produzida nos últimos anos – a “História de Portugal”, coordenada por José Mattoso – registra em seu oitavo (e último) volume, escrito pelo historiador e político José Medeiros Ferreira, sobre a questão do Timor-Leste simplesmente que “o caso mais difícil de analisar é o de Timor, por não ser claro o que se passou naquela ilha no verão de 1975 e por isso suscitar as maiores polêmicas sobre as atitudes das autoridades portuguesas”. In: MATTOSO, José (Coord.). MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal – Portugal em Transe (Vol. 8)*. Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p.77.

⁸ Pode se considerar que a ONU, responsável pela realização do plebiscito, teve uma certa parcela de culpa nos acontecimentos pós-referendo, visto que a reação dos grupos pró-indonésios era bastante previsível. Entre a realização do plebiscito e a chegada das Forças de Paz da ONU passaram-se quase 30 dias.

⁹ Mari Alkatiri, futuro Primeiro-Ministro timorense, em 1997, citado por: CUNHA, João Solano Carneiro da. *A questão do Timor-Leste: origens e evolução*. Brasília, FUNAG/IBRI, 2001, p.190.